

EM DEFESA DA EXPERIÊNCIA LIBERAL

 Lucas Soares Chnaiderman^{1,2}

Resenha de: RÚJULA, Pedro; CHUST, Manuel. *El Trienio Liberal. Revolución e independencia (1820-1823)*. Madri: Catarata, 2020.

O bicentenário do triênio liberal (1820-1823-2020-2023) espanhol ensejou comemorações e lançamentos menores do que o impacto dos eventos de duzentos anos atrás. Se ninguém mais afirma, como Menéndez Pelayo, que foi um tempo “patológico” na história espanhola³, a atenção concedida ainda é pequena, principalmente se comparada aos conflitos atlânticos da década anterior.

A “Espanha de Fernando VII” voltou a ser estudada com afinco ao menos desde a célebre obra de Artola,⁴ mas o triênio liberal ainda tinha como seu livro mais conhecido um opúsculo do começo da década de 80, a síntese de Alberto Gil Novales⁵. Desde então, houve uma renovação historiográfica gigantesca, principalmente na histó-

1 Possui graduação em História – Universidade de São Paulo, mestrado em história pela mesma universidade (2015) e atualmente cursa o doutorado.

2 Universidade de São Paulo. São Paulo – São Paulo – Brasil.

3 MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino. *Historia de los heterodoxos españoles*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003, p. 1362. Vide DURÁN LÓPEZ, Fernando. “Menéndez Pelayo contra Blanco White, o la heterodoxia como patología.” TEJA, Ramón; ACERBI, Silvia. (org.). “*Historia de los heterodoxos Españoles*”. *Estudios*. Santander: PubliCan, Ediciones de la Universidad de Cantabria, 2012.

4 ARTOLA, Miguel. *La España de Fernando VII*. Madri: Espasa, 1999 [1968].

5 GIL NOVALES, Alberto. *El trienio liberal*. Madri: Siglo XXI, 1980.

ria política. Ganharam maior fôlego os estudos sobre territórios específicos, sobre a imprensa, novas sociabilidades e, principalmente, aqueles que “desnacionalizavam” os episódios⁶.

Dentro dessa perspectiva “internacionalista”, o triênio liberal tem dois atrativos únicos. O primeiro é seu inegável impacto europeu, pois o *levantamiento* de Riego foi feito numa Europa que, no começo de 1820, era dominada pela Santa Aliança e pelas monarquias restauradas. Ao impulso espanhol, houve também revoluções importantes em Portugal e nos territórios italianos. O segundo é sua faceta atlântica. Se no começo da década de 20 se concretizaram as independências na América, também foi naqueles anos que mais uma vez se colocou em jogo a possibilidade de uma nação atlântica, experiência fundamental tanto para o mundo hispânico quanto para o português⁷:

La revolución española de 1820 tuvo desde el inicio una repercusión que trascendía al espacio peninsular. En primer lugar, porque habiendo estallado en el seno de las tropas reunidas en Andalucía para combatir la insurrección de los territorios de ultramar, su triunfo supuso la paralización de la política de expediciones militares que pretendía devolver los territorios de América a la obediencia de la monarquía española. (...) Y, en segundo lugar, porque el triunfo del movimiento en España colocó en el primer plano de la actualidad el valor de la Constitución de 1812 como instrumento para transformar las monarquías en regímenes liberales. (p. 155)

6 ROCA VERNET, Jordi. *Política, liberalisme i revolució. Barcelona, 1820-1823*. 840 f. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea). Universitat autònoma de Barcelona, Barcelona, 2007; El argonauta español, n° 17, 2020. Exemplar dedicado a “El trienio liberal en la prensa contemporánea (1820-1823); RUIZ JIMÉNEZ, Marta. *El liberalismo exaltado. La confederación de comuneros españoles durante el trienio liberal*. Madri: Fundamentos, 2007. LA PARRA, Emílio. RAMÍREZ ALEDÓN, Germán (coord.) *El primer liberalismo: España y Europa, una perspectiva comparada*. Valencia: Colección literaria, 2003.

7 BERBEL, Márcia Regina. “A constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). *Revista de Índias*, vol. LXVIII, n° 242, 2008.

É justamente no esforço de desnacionalizar o período que a nova obra de Pedro Rújula e Manuel Chust faz sua maior contribuição ao condensar em poucas páginas um apanhado das últimas contribuições historiográficas dos dois lados do Atlântico. A envergadura espacial da obra também resulta, em parte, das trajetórias individuais dos dois autores. Ao passo que Chust tem enveredado pelo tema americano, Rújula é especialista nas questões aragonesas entre o triênio liberal e as guerras carlistas⁸.

O resultado é um livro único que atualiza o objetivo de Gil Novales nos anos 80, o de fazer uma obra de referência para os estudos do triênio liberal, agora juntando a questão americana, antes ausente. De fato, não apenas adiciona o tema das independências, mas o toma como um dos mais importantes para definir os rumos do Triênio.

Há um esforço de distanciamento dos antigos preconceitos acerca do Triênio, de ter sido um intervalo liberal de pouca profundidade, com baixa popularidade entre as classes populares e tomado pelo caos das facções. Para isso, enfatiza principalmente a experiência política que significou, extrapolando o caráter parlamentar e difundindo novas culturas políticas tanto entre os liberais – exaltados e moderados⁹ – como entre os absolutistas:

8 CHUST, Manuel. *La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz*. Valencia: Centro Franciscano Tomás y Valiente UNED Alzira-Valencia. Fundación Instituto Historia Social/ Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Nacional Autónoma de México, 1999; Pedro Victor Rújula. *Constitución o muerte: el Trienio Liberal y los levantamientos realistas en Aragón (1820-1823)*. Zaragoza: Ediziós de l'Astral, 2000.

9 Apesar dos nomes já consagrados, os estudos específicos sobre cada um desses “liberalismos”, inclusive para apontar seus muitos pontos de fricção internos, são bastante recentes. Vide MORANGE, Claude. *En los Orígenes del moderantismo decimonónico. El Censor (1820-1822): promotores, doctrina e índice*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2019; e BUSTOS, Sophie. *La nación no es patrimonio de nadie. El liberalismo exaltado en el Madrid del trienio liberal (1820-1823): Cortes, Gobierno y Opinión Pública*. Tese (Doutorado em História). Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, 2017.

el marco constitucional establecido por la revolución de 1820 permitió la aparición de una esfera pública donde los ciudadanos comenzaron a participar según sus posibilidades y sus intereses. El Gobierno moderado hubiera deseado que la política se hiciera en el seno de las instituciones, pero existían otros actores que habían experimentado la posibilidad de actuar en el terreno político y que no estaban dispuestos a renunciar a potenciales parcelas de poder. El debate fue muy intenso. (p. 46)

Como é negada a tese reacionária de que a Constituição de 12 e o primeiro liberalismo eram ideias importadas, exógenas à Espanha, resta aos autores pincelar respostas a questões inevitáveis para o triênio. Por que fracassou? Qual a relação entre os liberais e as independências na América?

A resposta que os autores oferecem para explicar o “fracasso liberal” passa pela atuação do rei Fernando VII e pela reação estrangeira. A tentativa liberal de reformar a monarquia, desde as propostas moderadas de instituir uma segunda câmara, tendo os exemplos ingleses e franceses como mote, até as mais revolucionárias, com as Sociedades Patrióticas e a diminuição do poder da nobreza e da Igreja, criava uma ameaça institucional permanente às monarquias mais absolutistas. Daí que foi justamente a Rússia a dar maior apoio a Fernando VII para abolir qualquer tipo de Constituição. Ao mesmo tempo, a invasão francesa de 1823 servia para reposicionar a monarquia borbônica na balança internacional de poder, enfraquecida como estava após as derrotas napoleônicas.

É perceptível que a resposta de Chust e Rújula nega a própria ideia de “fracasso liberal”. O triênio acabou não por seus erros internos, mas por um verdadeiro golpe reacionário europeu. A inversão procedida pelos autores também é uma negação da historiografia que visava mais as questões socioeconômicas da época, muitas vezes crítica à ineficiência prática das medidas liberais.¹⁰

¹⁰ A crítica vinha desde os próprios liberais exilados, passando depois por Marx e sua famosa análise: “en la época de las Cortes, España se encontró dividida en dos partes. En la Isla de León, ideas sin

Quanto à questão americana, os autores também se alinham com a nova história política, principalmente na negação das nacionalidades pré-existentes¹¹. Logo, não se poderia explicar as independências como luta da nação mexicana para se libertar da Espanha. Com a tomada do poder pelos liberais, os autores também negam que houvesse uma arbitrariedade por parte da Espanha em relação aos americanos, visto que a igualdade estava concedida pela Constituição, que transformava o Império num gigantesco Estado-Nação. Essa tese igualitária tem mais oponentes historiográficos, como Portillo Vál-des.¹²

Recusando as explicações tradicionais, os autores mais uma vez se voltam às questões políticas, pensando principalmente o caso novohispano, o de maior repercussão ao longo do Triênio e também aquele sobre o qual Manuel Chust tem mais familiaridade.¹³ Com base na análise do Plano de Iguala¹⁴, a conclusão do livro é que um dos principais motivos para a independência foi o caráter revolucionário da Constituição de Cádiz, que tirava poder da elite *Criolla* para distribuir a outros setores sociais, com destaque para o voto indígena. Sen-

acción; en el resto de España, acción sin ideas". *New York Daily Tribune*, 27/10/1854. Disponível em MARX, Karl; ENGELES, Friederich. *La Revolución española. Artículos y crónicas, 1854-1873*. Madri: AKAL, 2017. A crítica foi atualizada para os termos mais técnicos da historiografia na influente visão de FONTANA, Josep. *La crisis del Antiguo Régimen, 1808-1823*. Barcelona: Crítica, 1979.

11 As referências para o assunto, por vezes em vieses muito diferentes, são GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica e Fundación MAPFRE, 1992; e RODRÍGUEZ, Jaime. *The independence of Spanish America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

12 PORTILLO VÁLDES, José María. *Crisis Atlántica - Autonomía e independencia en la crisis de la monarquía*. Madri: Marcial Pons Historia, 2006.

13 Embora Chust tenha organizado livros sobre a independência em toda a América, nos artigos costuma trabalhar mais com a do México, como em CHUST, Manuel; SERRANO, José Antonio. "El ocaço de la monarquía: conflictos, guerra y liberalismo en Nueva España. Veracruz, 1750-1820". *Ayer*, nº 74, 2009.

14 Sobre o Plan de Iguala, em abordagem também bi-hemisférica, vide FRASQUET, Ivan. *Las caras del águila. Del liberalismo gaditano a la república federal mexicana*. Castellón: Universitat Jaume I - Instituto Mora - Universidad Autónoma de México - Universidad Veracruzana, 2008.

do assim, a independência ganhava contornos moderados e até reacionários, em perspectiva já ensaiada também para o caso brasileiro:

Para la insurgencia fue mucho más difícil enfrentarse políticamente al liberalismo doceañista que al monarquismo absolutista, dado que ahora podían participar de los mismos presupuestos ideológicos, pero no políticos ni nacionales. Y además estaban los intereses particulares de las diversas fracciones del criollismo, cada vez más proclives a la independencia. No porque esta solo estaba ganando por las armas, sino porque su creciente moderantismo le podía asegurar un control social y político que el liberalismo doceañista podía poner en duda al ser más progresista en bastantes medidas políticas y sociales como, por ejemplo, dar voto a los indígenas universalmente (p. 112).

Livro de entrada nos estudos do período e de síntese de uma nova perspectiva política, *El Trienio Liberal* é uma defesa do período do liberalismo espanhol do início do século XIX. É notável a simpatia dos autores com os protagonistas estudados, como se escrever a história deles fosse também escrever a defesa de sua luta. Poucas épocas hispânicas foram vividas tão passionalmente quanto aqueles anos, daí que esse resgate histórico não deixa de ser um tributo àqueles sonhos e ilusões.

Referências Bibliográficas

- ARTOLA, Miguel. *La Espana de Fernando VII*. Madri: Espasa, 1999.
- BERBEL, Marcia Regina. “A constituicao espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). *Revista de Indias*, vol. LXVIII, n° 242, 2008.
- BUSTOS, Sophie. *La nacion no es patrimonio de nadie. El liberalismo exaltado en el Madrid del trienio liberal (1820-1823): Cortes, Gobierno y Opinion Publica*. Tese (Doutorado em Historia). Universidad Autonoma de Madrid, Madrid, 2017.
- FONTANA, Josep. *La crisis del Antiguo Regimen, 1808-1823*. Barcelona: Critica, 1979.
- GIL NOVALES, Alberto. *El trienio liberal*. Madri: Siglo XXI, 1980.
- GUERRA, Francois-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las re-*

- voluciones hispanicas*. Cidade do Mexico: Fondo de Cultura Economica e Fundacion MAPFRE, 1992;
- LA PARRA, Emílio. RAMIREZ ALEDON, German (coord.) *El primer liberalismo: Espana y Europa, una perspectiva comparada*. Valencia: Coleccion literaria, 2003.
- MORANGE, Claude. *En los Origenes del moderantismo decimononico. El Censor (1820-1822): promotores, doctrina e indice*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2019.
- PORTILLO VALDES, Jose Maria. *Crisis Atlantica - Autonomia e independencia en la crisis de la monarquía*. Madri: Marcial Pons Historia, 2006.
- ROCA VERNET, Jordi. *Política, liberalisme i revolucio. Barcelona, 1820-1823*. 840 f. Tese (Doutorado em Historia Moderna e Contemporanea). Universitat autonoma de Barcelona, Barcelona, 2007.
- RODRIGUEZ, Jaime. *The independence of Spanish America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- RUIZ JIMENEZ, Marta. *El liberalismo exaltado. La confederacion de comuneros espanoles durante el trienio liberal*. Madri: Fundamentos, 2007.

Recebida em: 02/05/2020 – Aprovada em: 01/07/2020